

# O CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA FRONTEIRA DAS DIVERSAS ÁREAS DA ECONOMIA

LUCCA SIMEONI PAVAN  
(ORGANIZADOR)



# O CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA FRONTEIRA DAS DIVERSAS ÁREAS DA ECONOMIA

LUCCA SIMEONI PAVAN  
(ORGANIZADOR)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C749	<p>O conhecimento científico na fronteira das diversas áreas da economia [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-021-6 DOI 10.22533/at.ed.216202404</p> <p>1. Economia – Pesquisa – Brasil. I. Pavan, Lucca Simeoni. CDD 330</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Em todos os momentos da nossa história, a produção, absorção e compartilhamento do conhecimento foram seu principal fator de desenvolvimento econômico e social. Este novo livro intitulado “O Conhecimento Científico na Fronteira das Diversas Áreas da Economia” contribui para este processo divulgando diversos estudos realizados por pesquisadores de todo o Brasil.

A diversidade regional e de assuntos sempre foi um fato digno de destaque dos livros de divulgação científica da Atena Editora e esta edição não falhou à essa regra. Nesta coletânea apresentam-se trabalhos das mais respeitadas instituições de ensino, localizadas de norte a sul do país.

Os temas tratados aqui são dos mais diversos e qualificados. Aqui se encontram artigos de história do pensamento econômico e de economia institucional, modelos quantitativos aplicados ao agronegócio e à economia do crime. Também podemos ver preocupações muito adequadas aos dias de hoje, como a posição no mercado de trabalho dos mais idosos, o uso consciente da água na produção agrícola e o manejo adequado da pesca e seus impactos ao meio ambiente.

Enfim, parabênzo o trabalho de qualidade que vem sendo feito pela Atena Editora, contribuindo para divulgação da ciência no Brasil por meio de seus livros eletrônicos.

Lucca Simeoni Pavan

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ECONOMIA POLÍTICA NA ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL	
Sandra Maria Batista da Cruz Antônio Sérgio Carvalho Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2162024041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
A TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO (TCT): UMA FERRAMENTA PARA A TOMADA DE DECISÃO DOS AGENTES ECONOMICOS	
Epaminondas da Silva Dourado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2162024042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>34</b>
A EMPRESA INDUSTRIAL CONTEMPORÂNEA E OS DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DA FIRMA INOVADORA	
Mabel Diz Marques Raphael de Oliveira Silva Roberto Lúcio Corrêa de Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2162024043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>49</b>
DESENVOLVIMENTO MINEIRO E FORMAÇÃO ECONÔMICA DO VALE DO RIO DOCE (1940-1970)	
Camila Amaral Pereira Haruf Salmen Espindola Diego Jeangregório Martins Guimarães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2162024044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>69</b>
OCEANOS EM PERIGO: REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O IMPACTO DAS EMISSÕES DE CO <sub>2</sub> NOS OCEANOS DERIVADOS DA PESCA MUNDIAL	
Samantha Silva da Rosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2162024045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>84</b>
ANÁLISE DE COMPETITIVIDADE DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO COMPARADO AO MERCADO EUROPEU NO PERÍODO DE 2004 – 2017	
Educélio Gaspar Lisbôa Érico Gaspar Lisbôa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2162024046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>104</b>
GESTÃO DA ÁGUA E A RIZICULTURA NO SUL DE SANTA CATARINA	
Hortência Warnier Bianchin Melissa Watanabe Cristina Keiko Yamaguchi José Carlos Virtuoso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2162024047</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>121</b>
O PERFIL DO IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM RELAÇÃO À SUA SAÚDE: ANÁLISE DA PNAD DE 2008	
<a href="#">Samantha Silva da Rosa</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2162024048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>135</b>
INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS E ECONOMIA CRIATIVA: LIMITAÇÕES E PROPOSIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS	
<a href="#">Diego Santos Vieira de Jesus</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2162024049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>153</b>
RATIONALITY IN ILLEGAL MARKETS: THE EFFECT OF ILLEGAL GOODS DEMAND ON CRIME RATE	
<a href="#">Ingrid Rafaele Rodrigues Leiria</a>	
<a href="#">Tiago Wickstrom Alves</a>	
<a href="#">Alexsandro Mirian Carvalho</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21620240410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>179</b>
DETERMINANTES DA ESTRUTURA DE CAPITAL E DA RENTABILIDADE EM EMPRESAS DE TRANSPORTE LISTADAS NA B3	
<a href="#">Maxwell Augusto Meireles Barboza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21620240411</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>208</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>209</b>

## A TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO (TCT): UMA FERRAMENTA PARA A TOMADA DE DECISÃO DOS AGENTES ECONOMICOS

Data de aceite: 13/04/2020

Data de submissão: 13/01/2020

**Epaminondas da Silva Dourado**

Manaus-AM

epaminondasdourado@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4591446212520724>

**RESUMO:** A Teoria dos Custos de Transação, assunto que ganhou bastante relevância após o trabalho seminal de Coase, em 1937, veio se desenvolvendo, abrangendo conceitos sobre os custos *ex-ante* e *ex-post*, além da necessidade de se haver ou não uma instituição para regular determinada transação. Depois de muitos avanços e estudo acerca do tema, Williamson se destaca com a análise das variáveis: “frequência, incerteza e especificidade do ativo”, que norteiam as transações econômicas, servindo de ferramenta para que os agentes econômicos escolham a melhor estrutura de governança, com objetivo de minimizar os custos de transação. Esta pesquisa contribui para uma discussão pouco explorada, acerca da importância do conhecimento da teoria dos custos de transação para que os agentes tomem as decisões que minimizem os custos

transacionais. Além da pesquisa ter uma abordagem qualitativa, ela é caracterizada como exploratória, com relação aos instrumentos utilizados foi feito um levantamento bibliográfico em livros e artigos publicados em periódicos a fim de montar um arcabouço, para servi de base para a discussão do tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Custo de Transação; Estrutura de Governança; Custo de Mensuração

### 1 | INTRODUÇÃO

Afastando-se dos pressupostos da economia neoclássica, em que acredita que os agentes são racionais, e que os custos são apenas o da produção, devido a inexistência dos custos de negociação no mercado, um fator importante que diferencia a Nova Economia Institucional - NEI, das demais que estudam as relações econômicas, é a sua persistência que dificilmente acontecerá uma relação econômica *sem custos de transação*, pois “são incapazes de conhecer todas as possibilidades e eventos exógenos importantes, bem como calcular todas as consequências de suas ações” (WILLIAMSON, 1993, apud SARTO; ALMEIDA, 2015, p. 7). Uma vez que em um ambiente concorrente, os agentes não dispõem de total conhecimento

para tomarem as decisões. Dito isto, surge o seguinte questionamento: até que ponto o conhecimento acerca dos custos de transação contribui para que os agentes econômicos tomem a decisão que minimizem os custos?

Desta forma os *custos de transação*, aqueles “custos em que as partes incorrem no processo de efetivação de uma negociação.” (MANKIW, 2013, p.198), aparecem toda vez que, devido a *assimetria*, que para MANKIW: “Em muitas situações da vida, uma pessoa sabe mais do que outra, sobre que está acontecendo. Uma diferença de acesso a conhecimento relevante é chamada *informação assimétrica*.” (MANKIW, 2013, p.442), das informações, os agentes recorrem ao mercado para solucionar ou agilizar uma transação/negociação.

Ainda seguindo a necessidade de entender todos os custos de uma empresa, além de se abster de alguns pressupostos neoclássicos, é necessário adotar outros, como: **racionalidade limitada**, a ideia de racionalidade limitada é porque os agentes apesar de terem uma postura de competência cognitiva e desejarem obter a melhor cesta de bens (algo racional), tem a compreensão limitada ou restrita, pois não são capazes de conhecer todas as possibilidades e consequências das suas ações (WILLIAMSON, 1993); **incerteza**, sendo **incerteza** sinônimo de **contingente**, temos: “*Contingente* significa depender de algo que ainda não é certo, de modo que um plano de consumo contingente é um plano que depende do resultado de algum evento.” (VARIAN, 2006, p.442); **oportunismo**, empenho calculado para fraudar, distorcer, esconder, ofuscar ou de qualquer forma confundir. (WILLIAMSON, 1993); e **especificidade de ativos**.

A Teoria dos Custos de Transação (TCT) é uma ferramenta hábil para que possamos entender o que leva as pessoas a tomarem certas decisões, trade off, acerca dos seus empreendimentos.

Esta pesquisa apresenta dois objetivos: o primeiro, apresentar os avanços da Nova Economia Institucional, com a utilização da Teoria dos Custos de Transação, através do arcabouço histórico realizado; e o segundo, identificar as principais variáveis da Teoria dos Custos de Transação, com base no levantamento bibliográfico, que os agentes devem levar em consideração para tomar as decisões na firma.

Para responder a problemática e os objetivos, este projeto foi realizado de maneira qualitativa e exploratória, e utilizou como fonte de consulta publicações em periódicos e livros.

Além destes objetivos e metodologia apresentada, esta pesquisa está dividida em quatro partes: Na primeira, será apresentado o antecedente bem como os conceitos sobre Nova Economia Institucional e Teoria dos Custos de Transação, além de uma verbalização acerca de eficiência, mensuração, estrutura de governança e regras. Na segunda seção teremos os aspectos metodológicos,

em seguida os resultados obtidos, e na última seção as considerações finais, que tem por objetivo conciliar os dados obtidos na seção anterior e servi de base para futuras pesquisas.

## 2 | REVISÃO DA LITERATURA

Neste primeiro tópico faremos a apresentação dos dados levantados na pesquisa bibliográfica, que abrange seus antecedentes, passando pelo conceito de Nova Economia Institucional com foco na Teoria dos Custos de Transação, além da definição de Estrutura de Governança e Custo de Transação com centro na eficiência, ademais um aprofundamento em Custo de Mensuração, Estrutura de Governança, e regras formais/informais.

### 2.1 Antecedentes

A TCT tem sua origem nas ideias de Coase, que por sua vez não acreditava que as relações econômicas aconteciam sem atritos, de forma que existe custos para realizar a transação, o que vai determinar se esta vai acontecer via empresa ou através mercado. (FIANI, 2014, apud BEZERRA et al., 2017)

De acordo com Leme e Zylbersztajn (2008, apud BEZERRA et al., 2017), as discussões sobre os custos *ex-ante* e os *ex-post*, o primeiro relacionado a negociação e confecção do contrato, e o segundo em função da renegociação e adaptações após a assinatura do contrato, deram origem ao termo “custo de transação” explorado por Coase, em 1937.

A origem dos estudos sobre os custos de transação é atribuída ao trabalho seminal de Coase, em 1937 - “The nature of the Firm” - que tinha por objetivo unir a forma institucional da economia capitalista à economia ortodoxa ou tradicional. (SARTO; ALMEIDA, 2015).

“Uma firma tende a se expandir até que os custos de organizar uma nova transação tornam-se iguais aos custos de realizar a mesma transação por meio de uma troca no mercado aberto ou os custos de organizar outra firma.” (COASE, 1937, apud RANGEL et al., 2016, p. 50)

Conforme Williamson (1993), as firmas devem tomar as decisões acerca da estrutura da gestão com pressupostos que minimizem os custos transacionais.

De acordo com Sarto e Almeida (2015), os resultados obtidos através dos estudos de Coase, além de se tornar uma referência sobre a teoria da firma, desenvolveria a percepção de que:

“[...] as relações entre os agentes econômicos dadas no mercado envolveriam custos concretos, referidos, basicamente, como custos de coleta de informação e negociação e confecção de contratos.” (SARTO; ALMEIDA, 2015, p. 3).

## 2.2 Nova economia institucional – teoria dos custos de transação

Os pesquisadores da NEI se dividem em dois níveis analíticos, o primeiro apresenta a Economia dos Custos de Transação (ECT) relacionada com a análise de governança, através de um conjunto de regras, por exemplo: contrato entre o particular e as normas internas de uma organização. Já a segunda é voltada ao ambiente institucional, ou macroinstituições, onde é realizado as interações entre os agentes. (AZEVEDO, 2000).

É observado por Cunha, Saes e Mainville (2015) que as escolhas dos agentes econômicos são delimitadas pelas instituições, gerando a “regra do jogo” entre os indivíduos, tornando possível as relações de troca.

A NEI é uma das correntes econômicas que mais aborda a questão institucionalista, com base microeconômica, e cujo destaque encontra-se na teoria da firma. (SARTO; ALMEIDA, 2015).

“A economia dos custos de transação é a parte da tradição de pesquisa da Nova Economia Institucional. [...] O peso desmesurado que eu atribuo à economia dos custos de transação é um recurso para corrigir uma condição anterior de negligência e subvalorização.” (WILLIAMSON, 2012, p.14 e 15)

Um elemento eficiente à economia e ao seu desenvolvimento, é o papel das instituições que é restringir as ações humanas:

“[...] entendidas como as “regras do jogo”, formais e informais, que estruturam a interação social, econômica e política [...]” (AZEVEDO, 2000, p. 35)

A TCT, é um dos principais frutos da NEI, de forma que se destacam em três pontos fundamentais, que de acordo com Williamson (1991) são: primeiro se refere aos custos a ela associado que define o tipo de organização; a segundo trata sobre a tecnologia, que por mais que tenha seu grau de importância, não é fator determinante; e a última são as falhas de mercado, que possuem maior grau de importância para a escolha da forma institucional.

## 2.3 Eficiência

Eficiência é “a propriedade da alocação de um recurso de maximizar o excedente total recebido por todos os membros da sociedade.” (MANKIWI, 2013, p. 139)

O fator principal para a escolha da estrutura de governança de determina firma, é a que minimize os de custos de transação, seja ela entre os agentes ou entre as negociações. (SANTOS et al., 2017).

De acordo com Cunha, Saes e Mainville (2015) a NEI prioriza as pesquisas acerca da eficiência das relações contratuais. Desta forma, com o início destes estudos sobre custos de transação, as formas de estruturas de governança poderiam

ser previstas, e melhor determinada, de acordo com as variáveis existentes entre os agentes econômicos.

“[...] **a busca de maior eficiência produtiva** reflete-se nos padrões de conduta dos agentes e na forma pela qual as atividades econômicas são gerenciadas.” (SANTOS et al. 2017, p. 6, grifo nosso)

O dispêndio para se manter um sistema econômicos é tido como os custos de transação, que por sua vez, são divididos em dois: *ex-ante* e *ex-post*. O primeiro, são os gastos de preparo, negociação e seguranças aos agentes econômicos antes de assinar o contrato. Já o segundo, acontece quando há uma necessidade de ajuste e adaptações durante a execução da produção e ou prestação de serviço, após o firmamento do contrato. Este último dispêndio acontecer quando existem “falhas, erros, omissões e alterações inesperadas”. (WILLIAMSON, 1993)

De acordo Sarto e Almeida (2015), a importância da eficiência é fator preponderante para que os agentes econômicos tomem as decisões acerca das alternativas de produção e distribuição. Desta forma, a empresa teria o limite de sua expansão em função da internalização de uma transação adicional que gere um aumento de custo correspondente aquele compatível à concretização desta pelo mercado.

Sobre a “coordenação”, o início das ideais da TCT acontece na centralização da organização dos tomadores de decisões, que possuem ligações intertemporais. (PONDÉ, 1994). De forma que essas ligações são estabelecidas através dos contratos, que simbolizam promessas futuras. (WILLIAMSON, 2012). Conforme Sarto e Almeida (2015), a responsabilidade de garantir o fiel cumprimento dos termos firmados entre os agentes cabe as instituições, ou como coloca os autores: “a importante tarefa de coordenação das atividades econômicas”

As estruturas de governanças são desenvolvidas para coordenar as transações econômicas entre os agentes, estas estruturas são denominadas como “estruturas explícita ou implícita”, por onde as negociações são geridas. (WILLIAMSON, 1981)

Segundo Williamson (2012) comparando a economia do custo de transação com outras organizações econômicas, a ECT se destaca por ser:

“[...] mais microanalítica, é mais autoconsciente [...], introduz e desenvolve a importância econômica da especificidade dos ativos, depende mais de análises institucionais corporativas, vê a firma de negócios como uma estrutura de governanças em vez de uma função de produção, e coloca maior peso nas relações contratuais *ex post*, com especial ênfase em ordenamento privado (em comparação ao ordenamento judicial) [...]” (WILLIAMSON, 2012, p. 15)

Para esta análise que estamos fazendo com base na Economia dos Custos de Transação, temos que os agentes são oportunistas e têm racionalidade limitada. O primeiro, pois os indivíduos oportunamente para se apropriar de determinada vantagem podem fazer uso de mentiras e burlar o contrato, o segundo por um motivo

obvio, a assimetria das informações, de forma que os contratos são incompletos das informações pertinentes. (AZEVEDO, 2000)

Os agentes esforçam-se racionalmente a desenvolver-se perante à um ambiente de incertezas. Visto que são incapazes de saberem de todas as possibilidades existentes antes ou após o contrato, os agentes econômicos possuem uma racionalidade limitada. (SARTO; ALMEIDA, 2015). Segundo Williamson (1993) a falta de transparência ou distorção dos fatos, bem como os esforços para iludir o outro agente, são caracterizados como *oportunismo*, que por sua vez, associa-se à incerteza.

“Há, entretanto, uma forte relação entre incerteza e racionalidade limitada: a primeira torna os problemas econômicos especialmente complexos, revelando os limites da capacidade cognitiva dos agentes.” (AZEVEDO, 2000, p. 36)

Os custos de transação não devem ser confundidos com custos de produção, que segundo Pondé (1997, apud SARTO; ALMEIDA, 2015) define os custos de transação como os gastos para o planejamento, monitoração e adaptação entre as partes envolvidas no processo produtivo, de forma a garantir o que foi firmado no contrato.

Conforme Cunha, Saes e Mainville (2015) a escolha da estrutura de governança está em função do risco e da confiança. O risco é decorrente relação com outros agentes, que por sua vez gera incerteza. A confiança, considerada um fator crítico, é examinada como “crença do agente”, que está intimamente relacionado a “boa intenção” do outro agente econômico.

### 2.3.1 Custo de mensuração

Segundo Zylbersztajn (2006, apud CUNHA; SAES; MAINVILLE, 2015), um dos ramos da teoria dos custos de transação é a dos custos de mensuração. De forma que as relações quanto mais difícil for a mensuração dos bens ou serviços prestados, estes serão realizados através contratos e dentro da firma, para que sejam salvaguardados os direitos das partes envolvidas. Em contrapartida, aquelas transações que forem mais facilmente mensurados os bens ou serviços, serão realizados fora da empresa, a fim de economizar recurso na emissão de contratos e prestação de serviços judiciais.

Existem custos de transações que não dependem da ação dos agentes ao longo do tempo. Desta forma, estes custos são tidos como estáticos, isso porque reproduz uma característica das transações que não dependem do contexto temporal em que se desenvolvem. A parte da ECT que estuda esta parte é chamada de *Measurement*. (BARZEL, 1982, apud AZEVEDO, 2000).

Existe várias formas desta abordagem de caracterização de produtos, contudo

para fins analíticos, diferencia-se em três. Em cada um desses produtos, é possível relacionar uma ou mais forma de governança para tornar melhor a forma como lidar com os entraves transacionais. (AZEVEDO, 2000)

Ainda conforme Azevedo (2000), o primeiro grupo é caracterizado pela simetria das informações, ou seja, todas as informações necessárias para realizar a transação são possíveis acessá-la antes de um acordo. O segundo grupo, algumas informações são obtidas somente após ser efetivado o contrato, ou após o consumo. E o terceiro grupo, é um caso ainda mais delicado de mensuração das informações, onde algumas informações relevantes à negociação não são obtidas nem após o fechamento do contrato ou o consumo.

Há uma relação direta entre a necessidade de arranjo institucional e problema de mensuração das informações relevantes. Como exemplo dos “bens de crença”, as regras são fundamentais para se viabilizar a transação. (AZEVEDO, 2000)

As *instituições* (a firma, o mercado e os contratos) tem por objetivo reduzir os custos de transação, de forma que justifica a pesquisa sobre a mesma, pois é de vital importância tal conhecimento para se prosseguir em determinado negócio em um sistema econômico altamente capitalista. (WILLIAMSON, 1993).

Conforme BARZEL (2002, apud CUNHA; SAES; MAINVILLE, 2015) para se obter uma eficiente estrutura de governança é necessário realizar a mensuração dos atributos transacionados bem como dos custos envolvidos.

### 2.3.2 Estrutura de governança

Existem três fatores determinantes dos tipos de relações: especificidade dos ativos envolvido, incerteza e frequência (WILLIAMSON, 1991). Mas que para WILLIAMSON o mais importante para determinar a estrutura de governança seria a especificidade do ativo.

Os custos de transação são variáveis, podendo ser maiores ou menores, estando relacionado as características da transação. Além disso, verificam nas transações três níveis que analisados juntos, permite refletir os custos de transações: frequência, incerteza, e especificidade dos ativos. (WILLIAMSON, 2012)

“A frequência é uma medida da recorrência com que uma transação se efetiva [...]. A incerteza tem como principal papel a ampliação das lacunas que o contrato não pode cobrir [...]. a especificidade dos ativos envolvidos assume o papel de variável-chave no modelo.” (AZEVEDO, 2000, p. 38)

O estudo da economia concomitante a psicologia possibilitou verificar que as decisões das pessoas são complexas, além de na maioria das vezes não serem racionais, e ainda são inconsistentes no decorrer do tempo. Como coloca o autor: “surgiu recentemente um campo chamado **economia comportamental** em que

os economistas estão usando princípios básicos de psicologia. ” (MANKIWI, 2013, p.453).

Quanto maior for a frequência, menores serão os custos com relação a obtenção de informação e confecção do contrato “que imponha restrições ao *comportamento oportunista*”. Além disso, quanto maior for esta dimensão menos os agentes estarão propensos a impor percas aos seus parceiros. De forma que é desenvolvido um certo tipo de “reputação”, o que a curto prazo diminui as possibilidades de ganhos oportunistas. Por outro lado, tem o nível da incerteza, que colocada pelo autor, tem efeitos contrários ao primeiro nível analisado, de forma que existe uma relação proporcional direta entre esta e as percas, que são derivadas dos comportamentos oportunistas. Em uma atmosfera de incertezas os agentes precisam renegociar muito mais, pois não tem a simetria das informações. O último a ser analisado, especificidade dos ativos, está relacionado a ligação que determinado serviço ou bem depende de outra transação em específico. Quanto maior for a dependência da “continuidade de uma transação específica” maiores serão as percas devido da ação oportunista por parte de um dos agentes, o que conseqüentemente aumentara os custos de transação, pois deverá ser feitos mais negociações. (AZEVEDO, 2000).

Para equalizar essas arestas causada pela maior dependência da especificidade de ativos, há a necessidade de dois fatores: as instituições e as formas organizacionais. A primeira, são as “regras do jogo”, que restringe as ações oportunistas entre os agentes, diminuindo os custos de transação. A segunda, temos os contratos que dão salvaguardas aos agentes e multa para aqueles que descumprires os termos contratuais. “Na medida em que as instituições podem reduzir os custos de transação, surge a idéia de **instituição eficiente**” (AZEVEDO, 2000, p. 39, grifo nosso).

Ainda com relação a especificidade dos ativos, se houver uma dependência nula deste, poderão ser desconsiderados os custos de transação, de forma que não será necessário nem instituições nem formas organizacionais, contratos, para regular estas negociações. Com este pressuposto de especificidade dos ativos nulo, o mais eficiente para as relações é o mercado. Destarte, se esta dependência for muito elevada, conseqüentemente os custos de transação serão alto, fazendo necessário a existência de contratos e instituições que regulem a negociação. (AZEVEDO, 2000).

Delinea-se equação dos custos de governança de formato organizacionais de mercado (H), híbrida (X) e hierárquica são, nesta ordem, interpretadas por: “M (k,  $\theta$ ); X(k,  $\theta$ ); H (k,  $\theta$ ). Onde k = especificidade de ativos e  $\theta$  = vetor de parâmetros de deslocamento. ” (WILLIAMSON, 1991)

Ainda conforme Williamson (1991), é imposto alguns limites aos diferentes tipos de especificidade de ativos, de forma que: “M (0,  $\theta$ ) < X(0,  $\theta$ ) < H (0,  $\theta$ ),  $\square$

$\theta \in R^n$ , onde  $n$  é o número de parâmetros de deslocamento”. De forma que em uma situação em que a especificidade do ativo for nula, o mercado “M” será mais eficiente que a forma híbrida e que a hierárquica. Além disso, a medida que eleva a dependência da especificidade de ativos, há um aumento da dependência de ambas as partes dos agentes, criando uma necessidade de maior controle sobre as perdas derivadas das ações oportunistas, outrossim os custos do mercado têm um crescimento relativamente maior a proporção que é aumentado a especificidade dos ativos.

De posse das equações e restrições de cada uma, é possível apresentar a figura 1, que faz a relação do custo de governança se movimentando em função da especificidade de ativos, mantido constando o vetor de parâmetro de deslocamento,  $\theta$ .

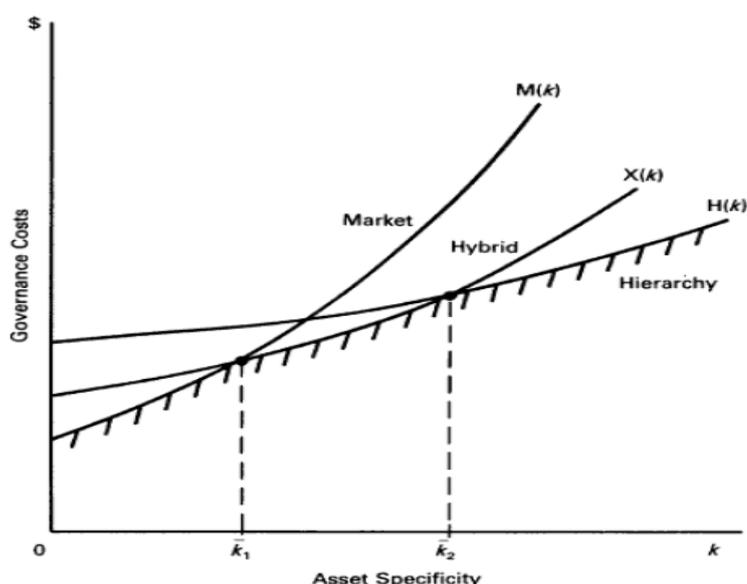


Figura 01: Custos de governança em função da especificidade dos ativos

Fonte: Williamson (1991, p. 284)

Analisando os pontos,  $k_1$  e  $k_2$ , no eixo da abcissa, em que  $k_1 < k_2$ , e  $k$  é o grau de especificidade de ativo. Dado isto, o autor coloca que em  $k_1$ , os agentes são “indiferentes” quando vão escolher entre organizacionais de mercado e híbrida. Em  $k_2$ , os tomadores de decisão são indiferentes entre formas organizacionais e hierárquica. (Williamson (1991).

“São exemplos de estruturas de governança o mercado spot, contratos de suprimento regular, contratos de longo prazo com cláusulas de monitoramento, integração vertical, entre outras.” (AZEVEDO, 2000, p. 36)

Não existe uma *estrutura de governança*, melhor que outra, de forma que há um ajuste da necessidade presente da transação com os mecanismos que possam regula-la, de forma a diminuir os seus custos. (AZEVEDO, 2000)

Segundo Souza, Saes e Azevedo (1998, apud AZEVEDO, 2000) esse *tradeoff* da forma organizacional (mercado, híbrido ou hierárquico) em relação ao nível de dependência do ativo específico (seja nula ou elevada) não é estática. Sendo o resultado sendo obtido após sucessivas combinações de negociações combinado com o “contexto temporal” em que está sendo feito estas transações.

“Uma **instituição eficiente**, por definição, **reduz os custos de transação**, gerando, desse modo, uma **quase-renda** a ser compartilhada pelas partes que a estabeleceram. **Cria-se**, portanto, **um problema de barganha entre as partes**.” (AZEVEDO, 2000, p. 41, grifo nosso)

É importante ressaltar que os custos de governança e de mensuração se completam (WILLIAMSON, 2012). E que pode se assemelhar os custos de governança com os custos *ex ante* e os custos de mensuração com os custos *ex post* (RINDFLEISCH & HEIDE, 1997, apud CUNHA; SAES; MAINVILLE, 2015).

## 2.4 Regras: formais e informais

As regras possuem dois extremos, formal e outro informal. De forma que o primeiro, é o mais usual, por exemplo: contrato, leis, regulamento etc. O segundo, não menos importante, pela falta da incapacidade de redigir o comportamento dos agentes, consistem em: códigos, laços familiares, valores, etc. (AZEVEDO, 2000).

Sendo as mais comuns, as regras formais, constituem um elemento importante de normas que norteiam não só o campo microeconômico, mas o macroeconômico também, alcançando as políticas sobre as produções. Azevedo (2000) coloca como exemplo “a defesa da concorrência”, de forma que seus efeitos são evidentes sobre as transações, modificando a ação dos agentes.

“[...] uma política de preços mínimos para o milho pode induzir agricultores a ampliar o seu cultivo, eventualmente em detrimento de culturas que concorrem pelos mesmos fatores de produção. [...] A isenção indiscriminada de ICMS para exportações, no Brasil em 1996, induziu, além de um aumento das exportações em geral - seu objetivo -, a um aumento da capacidade ociosa das empresas esmagadoras de soja, uma vez que as exportações de soja em grão tornaram-se mais interessantes.” (AZEVEDO, 2000, p. 42)

A Nova Economia Institucional não se restringe em mostrar a importância das instituições econômicas sobre o comportamento dos indivíduos, além deste ela torna possível que os agentes verifiquem a continuidade das decisões tomadas, por meio dos contratos firmados. (AZEVEDO, 2000).

Um dos mais importantes pontos que se alcança, por meio dos contratos, é a capacidade que os agentes têm de tomar decisões à longo prazo, com relação a investimento ou produção. Azevedo (2000) cita que isto só é possível se o contrato ou regra for avida com brevidade, por exemplo:

“[...] um cronograma de redução de tarifas alfandegárias por um período de 4 anos, se for anunciado e crível aos olhos dos agentes, tem como efeito a indução

de esforços no sentido de adequar a produção local ao padrão de concorrência internacional. Entretanto, a mesma regra não terá efeito se sua perpetuidade não for previsível.” (AZEVEDO, 2000, p. 42)

Até agora foi abordado as regras formais, porém existe outras que, apesar de não ser fruto de uma escolha de um representante de determinado grupo, tem o mesmo grau de importância da primeira citada. Conforme Azevedo (2000), estas são as regras informais, constituída não só por costumes, mas também por tabus, códigos, laços éticos e etc. Mesmo não sendo originárias de decisões políticas, estas fazem com que haja menos conflito durante as relações econômicas dos indivíduos, diminuindo os seus custos de transação.

“Há organizações, no entanto, cuja ordem é fundada em códigos de conduta, apresentando alto grau de coesão e coordenação dos atos de seus membros. A máfia é um exemplo vivo de organização dessa espécie. Há regras informais, tais como “não trair os companheiros” ou “não ocupar a área de atuação de outro membro”, e há punições àqueles que infringem essas regras, podendo atingir a pena capital.” (AZEVEDO, 2000, p. 42)

As regras informais atingem as cooperativas e associações. Partindo de um pressuposto, comum, que a maioria dos pequenos produtores se defrontam com uma *estrutura oligopsônica*, tornando injusto a concorrência. Quando um grupo de compradores tem o poder de mercado é denominado oligopsônico (mercado com poucos compradores), uma variação do monopsonico. “No monopólio há apenas um único vendedor de uma mercadoria. Já no **monopsônico**, o comprador é que é um só” (VARIAN, 2006, p. 506). Diante deste entrave, uma solução é a união destes produtores ou prestadores de serviços, de forma a se coordenarem horizontalmente, possibilitando que em conjunto tenham maior poder de barganha sobre o mercado. (AZEVEDO, 2000). Contudo, esta estratégia apesar de parecer tão óbvia não é tão simples, uma vez que há um custo desta coordenação horizontal, e a repartição dela não é igualitária entre os seus cooperados.

O que se torna mais custoso com relação a cooperativa não é cria-la, mas sim mantê-la. O autor cita que as associações e cooperativas estão sob o mesmo problema que acarretam os **carteis**, “Em um *cartel*, os produtores concordam explicitamente em agir em conjunto na determinação de preços e níveis de produção” (PYNDYCK, 2006, p. 397); e o **free-rider**, ou carona é “alguém que recebe um benefício de um bem, mas evita pagar por ele” (MANKIW, 2013, p. 203). De forma que as “restrições formais” funcionam como forma de mitigar este comportamento, tornando possível uma coordenação horizontal entre seus cooperados ou associados. (AZEVEDO, 2000).

Conforme Sales e Oliveira (2011, apud RANGEL et al., 2016) as relações transacionais das coordenações horizontais, ou modelo de governança *não hierárquico* (onde não há um líder), são estabelecidas através confiança. Contudo

isso não extingui a possibilidade destes modelos, exemplo das Cooperativas, sofrerem influencia *montante* ou *jusante*.

### 3 | ASPECTOS METODOLOGICOS

Quanto a abordagem, a pesquisa é relacionada como qualitativa, além disso é uma pesquisa exploratória, uma vez que procuraremos detalhar certos pontos apoiados em pressupostos.

Neste trabalho, os dados são secundários, oriundos da pesquisa bibliográfica com análise qualitativa. Assim para comprovar a veracidade da pesquisa será feito a técnica de análise de conteúdo, para que seja possível verificar os fenômenos econômicos através dos objetivos propostos pelo referido projeto.

O método usado para este trabalho foi histórico, com pesquisas bibliográficas em livros e artigos publicados em periódicos, isso para que possa ter um melhor fundamento e compreensão acerca do tema. Assim sendo, o procedimento terá uma abordagem qualitativa, para que seja possível assimilar os episódios bem como os avanços da Nova Economia Institucional, com a utilização da Teoria dos Custos de Transação.

De forma que seja possível a partir da compreensão dos avanços da NEI com a utilização da TCT, juntamente com a identificação das principais variáveis da TCT, os agentes tomem as decisões que minimizem os custos da firma.

### 4 | RESULTADOS

O questionamento sobre os custos de transação de Coase em 1937, em seu trabalho seminal, deu origem a Teoria dos Custos de Transação. Que posteriormente foi desenvolvido por Williamson, em que afirma que as firmas devem se pautar em decisões que minimizem os custos das negociações.

As linhas de pesquisa da Nova Economia Institucional se dividem em dois: o primeiro na escolha da estrutura de governança e o segundo onde acontece as relações entre os agentes, ou macroinstituição. Ainda é observado que a fronteira das decisões dos agentes econômicos são as instituições, ou regra do jogo, de forma que torna as relações possíveis de existir.

As estruturas de governança pode ser tanto um mercado aberto ou uma firma totalmente verticalizada.

A escolha da estrutura de governança deve ser a que mais minimize os custos, além disso deve ser eficiente e os contratos devem dar subsídios aos agentes envolvidos de preverem as ações oportunistas e melhor determinar o limite de

atuação de cada indivíduo. Para que haja uma melhor adaptação as modificações, é necessário que haja uma coordenação eficiente entre os agentes.

Os custos de transação são divididos em dois: o primeiro, *ex-ante*, refere-se à elaboração do contrato, pesquisa, preparo etc, e acontece antes de firmar o contrato; o segundo, *ex-post*, são todos os custos após firmarem o contrato, com finalidade de adaptações durante o processo de produção. Normalmente, os custos *ex-ante* são os mais elevados, porém devido a assimetria das informações não é possível coordenar uma firma só com estes gastos, havendo posteriormente os custos *ex-post*.

Além destes dois custos, que são importantes para a coordenação da firma, a eficiência é um fator importante para que os tomadores de decisões avaliem a expansão de sua empresa. De forma que o limite das internalizações das transações seria até que se gere um custo superior ao que fosse oferecido pelo mercado.

Desta forma, as estruturas de governança são criadas para sistematizar as transações entre os agentes econômicos, além disso está escolhida a relação com os riscos e confiança entre os agentes. Fazendo maior peso nas relações contratuais onde aparecem os custos *ex-ante* e *ex-post*. Toda esta preocupação é devido aos pressupostos adotados em que os agentes são: oportunistas e com racionalidade limitada.

Os custos de transação não devem ser confundidos com os custos de produção, uma vez que o primeiro são os custos de planejamento/monitoração, e o segundo são os custos que envolvem a mão de obra e os insumos envolvidos na produção.

Há uma relação direta entre a necessidade dos contratos e a dificuldade de mensuração dos custos. Ou seja, quanto mais fácil a mensuração menor a necessidade dos contratos. De posse dessa informação temos três tipos de bens ou serviços: o primeiro onde os consumidores têm as informações relevantes antes de firmar o contrato; o segundo, onde os consumidores obtêm estas informações após o firmamento do contrato; e o terceiro grupo, onde nem após o contrato os consumidores têm acesso a esta informação relevante.

A escolha da estrutura de governança está em função de três fatores: frequência, incerteza, e especificidade do ativo, sendo este último o mais importante para se determinar o arranjo. Quanto maior a frequência menores são os custos de transação, por outro lado, quanto maior a incerteza maiores são os custos, e por fim a dependência que determinado ativo gera, que tem uma relação direta, de forma que quanto maior a dependência de um ativo, maiores são os custos, devido a atitude do comportamento oportunista por parte dos agentes.

Devido aos problemas gerados pela dependência da especificidade de ativos, e o aumento dos custos gerado devido a maior dependência deste entre os

agentes, há a necessidade da ação das instituições, que aparecem em forma de regra do jogo, com objetivos de regular a ação oportunista dos agentes, além da necessidade das formas organizacionais, em forma de contratos, que salvaguardem os agentes envolvidos e penalizem os que descumprirem as regras estabelecidas.

Dessa forma, ao passo que as instituições diminuem seus custos, surge a ideia de **instituição eficiente**, de modo que não há uma estrutura de governança melhor que outra, existe combinações de negociações com diferentes custos, em contextos diferentes, com a finalidade de minimizar os custos contratuais.

Em meio as estruturas de governança há as regras que estabelecem como as negociações devem acontecer, são elas: formais e informais. A primeira são os contratuais ou regulamentos, muito importante para a regulação da firma, e a segunda, não menos importante, verifica-se nos códigos, cultura, valores.

Com as regras formais, é possível dar continuidade as decisões tomadas, após os contratos firmados. Ou seja, torna possível tomar decisões de longo prazo, tornando viável investimentos com base em informações contidas em contratos.

Com relação ao primeiro objetivo proposto deste projeto, posto a apresentar os avanços da Nova Economia Institucional, com a utilização da Teoria dos Custos de Transação. Desde seu surgimento em Coase muito se desenvolveu na teoria dos custos de transação, contribuindo para o desenvolvimento da NEI, de forma que hoje não só é analisado os custos *ex-ante* e *ex-post*, mas também a forma como se é escolhido a estrutura de governança, em função da especificidade do ativo, levando em consideração que os agentes têm atitudes oportunistas e racionalidade limitada. Não que exista um arranjo melhor que o outro, mas que a escolha tem por finalidade diminuir os custos de transação. Atualmente tem dois níveis analíticos, sendo o primeiro com análise da governança, ou contratos, e o segundo voltado ao ambiente institucional. Com a utilização das instituições, é possível minimizar a ação oportunista dos agentes, delimitando a ação de cada um dentro da firma. Dentro de uma economia, as instituições têm um papel importante, sendo fator preponderante para se alcançar a eficiência. A teoria dos custos é um dos frutos da NEI, de forma que analisa os custos tanto da organização, quanto da tecnologia, bem como das falhas de mercado. Desta forma, a NEI tem foco nas pesquisas que busquem a eficiência entre as relações dos contratos firmados, com objetivo de uma maior eficiência não só produtiva, mas também de redução dos custos.

De acordo o segundo objetivo, com base no levantamento bibliográfico feito, identificar as principais variáveis da teoria do custo de transação que os agentes devem levar em consideração para tomar as decisões que minimize os custos da firma, observamos que todas as variáveis analisadas têm seu grau de importância e características, são elas: a **especificidade do ativo**, quanto maior a subordinação da continuação de uma negociação específica a um determinado ativo, maior será

a ação oportunista, aumentando os custos transacionais; a **incerteza**, assim como o primeiro, quanto maior o grau de incerteza, maiores serão os custos para evitar as ações oportunistas, ou para minimizar a racionalidade limitada; e a **frequência**, diferentemente das duas primeiras variáveis analisada, este tem ação inversa aos custos, de modo que quanto maior for a frequência, maior será a reputação entre os agentes, deste modo os custos serão minimizados. Demonstrado as variáveis de maior relevância, a que mais destacou grau de importância para determinar a estrutura de governança é a especificidade do ativo. Sendo que quanto maior a dependência de determinado ativo em específico, maiores serão os custos transacionais, devido a ação oportunistas dos agentes.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feito a análise dos resultados obtidos acerca dos avanços da Nova Economia Institucional, com a utilização da Teoria dos Custos de Transação e identificação das principais variáveis (da TCT) que os agentes devem levar em consideração para tomar as decisões na firma. Faz necessário ressaltar os principais pontos para que possamos verificar: até que ponto o conhecimento acerca dos custos de transação contribui para que os agentes econômicos tomem a decisão que minimize os custos?

Para respondermos este problema, é necessário fazer uso do ferramental disponível desde Coase até os dias atuais sobre TCT. Onde o agente econômico não pode se furtar de nenhuma informação, tendo em vista que os agentes possuem racionalidade limitada, devem fazer uso de todas as informações possível, bem como realizar uma pesquisa para realizar a confecção do contrato de forma que minimize a ação oportunista dos agentes envolvidos, a fim de diminuir os custos ou perdas futuras. Para isso, ele terá custos, tanto *ex-ante* quanto *ex-post*. Além disso, de posse das variáveis: **incerteza**, **frequência** e **especificidade do ativo**, deverá realizar um tradeoff entre a estrutura de governança, com maior foco na especificidade do ativo, a fim de minimizar a atitude oportunista.

Desta forma, os conhecimentos sobre teoria dos custos de transação contribuem para que as empresas, se aproximem-se da eficiência, de modo que realizando combinações de estrutura de governança, minimizem os custos operacionais. Uma economia onde as instituições econômicas funcionam regularmente, propicia além da diminuição dos custos transacionais, uma possibilidade de continuidade das decisões por parte dos agentes, por exemplo: decisão de investimento por base em contratos firmados.

Conforme citado por diversos autores, não existe uma fórmula geral, tendo o agente que realizar diversas combinações, com foco na diminuição dos custos

transacionais. Além disso, o conhecimento acerca dos custos de transação é muito importante para que os agentes tomem decisões, posto que os custos com a empresa ultrapassam os custos de produção, e não se resumem somente aos custos de preparação do contrato, pois pode haver imprevistos, que necessitarão de adaptações, gerando custos.

Destarte, apesar deste projeto não conseguir esgotar toda a discussão acerca da teoria dos custos de transação, por possuir limitações, esta pesquisa foi muito rica em apresentar as teorias acerca dos custos de transação. Onde ficou nítido sua importância em um ambiente altamente concorrente, em que os tomadores de decisões buscam ao máximo maximizar os lucros e minimizar os custos.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, P. F. **Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura - Agricultura em São Paulo**. São Paulo: IEA, 47 (1): PP. 33-52, 2000. Disponível em: <[www.gepai.dep.ufscar.br/pdfs/1085082759\\_ASP-REFERENCIAL.pdf](http://www.gepai.dep.ufscar.br/pdfs/1085082759_ASP-REFERENCIAL.pdf)>. Acesso em 05 de março de 2019.

BEZERRA, G. J.; SCHULTZ, G.; SCHINAIDER, A. D.; SCHINAIDER, A. D. **Custos de transação no agronegócio: Uma revisão sistemática das publicações internacionais**. Revista ESPACIOS (CARACAS), v. 18, p. 16-16, 2017. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n38/a17v38n38p16.pdf>>. Acesso em 13 de março de 2019.

CUNHA, Christiano França da; SAES, Maria Sylvia Macchione ; MAINVILLE, Denise Yvonne . **Custo de transação e mensuração na escolha da estrutura de governança entre supermercados e produtores agrícolas convencionais e orgânicos no Brasil e nos EUA**. Gestão & Produção (UFSCAR. Impresso), v. 22, p. 67-81, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-530X2015000100067&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-530X2015000100067&script=sci_abstract&lng=pt)> Acesso em 17 de março de 2019.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. 6ª ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 30 de março de 2013.

PONDÉ, J. L. **Coordenação, custos de transação e inovações institucionais**. Texto para Discussão, IE/UNICAMP, Campinas, n. 38, 1994. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/grc/pdfs/custos\\_de\\_transacao\\_e\\_politicas\\_de\\_defesa\\_da\\_concorrencia.pdf](http://www.ie.ufrj.br/grc/pdfs/custos_de_transacao_e_politicas_de_defesa_da_concorrencia.pdf)> Acesso em 30 de março de 2019.

PINDYCK, R. **Microeconomia**. 6ª ed. São Paulo: Pearson, 2006.

RANGEL, R. R.; ROSINI, M.; SANTOS, F. A.; TONON, D. H. P. **Ensaio sobre Governança por mix de coordenação como solução de restrições de Mercado**. Refas: Revista Fatec Sul, v. 2, n.3, p. 47-61, 2016. Disponível em: <<http://www.revistarefas.com.br/index.php/RevFATECZS/article/view/55/83>>. Acesso em 20 de março de 2019.

SANTOS, N. M.; FERRAZ, I. N.; FALQUETO, J. M. Z.; VERGAS, E.; **A TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO NAS PESQUISAS DE ESTRATÉGIA NO BRASIL**. RIAE: Revista Ibero-Americana de Estratégia, Vol. 16, N. 2. Abril/Junho. 2017. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/318287436\\_A\\_Teoria\\_dos\\_Custos\\_de\\_Transacao\\_nas\\_Pesquisas\\_de\\_Estrategia\\_no\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/318287436_A_Teoria_dos_Custos_de_Transacao_nas_Pesquisas_de_Estrategia_no_Brasil)>. Acesso em 24 de março de 2019.

SARTO, H. R.; ALMEILDA, L. T. de. **A TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CRÍTICAS EVOLUCIONISTAS**. Revista Iniciativa Econômica, v.2, n.1 (2015). Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/7301>>. Acesso em 11 de março de 2019.

VARIAN, H. R. **Microeconomia: princípios básicos**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2006.

WILLIAMSON, Oliver E. “**On the Nature of the Firm: Some Recent Developments.**” *Zeitschrift Für Die Gesamte Staatswissenschaft / Journal of Institutional and Theoretical Economics*, vol. 137, no. 4, 1981, pp. 675–680. *JSTOR*, Disponível em: <[www.jstor.org/stable/40750474](http://www.jstor.org/stable/40750474)>. Acesso em 28 de março de 2019.

WILLIAMSON, Oliver E. “**Comparative Economic Organization: The Analysis of Discrete Structural Alternatives.**” *Administrative Science Quarterly*, vol. 36, no. 2, 1991, pp. 269–296. *JSTOR*, Disponível em: <[www.jstor.org/stable/2393356](http://www.jstor.org/stable/2393356)>. Acesso em 31 de março de 2019.

WILLIAMSON, Oliver E. **Transaction Cost Economics and Organization Theory**. *Journal of Industrial and Corporate Change*, Oxford, v. 2, n. 2, p. 107-156, 1993. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/31462357\\_Transaction\\_Cost\\_Economics\\_and\\_Organization\\_Theory](https://www.researchgate.net/publication/31462357_Transaction_Cost_Economics_and_Organization_Theory)>. Acesso em 28 de março de 2019.

WILLIAMSON, Oliver E. “**On the Nature of the Firm: Some Recent Developments.**” *Zeitschrift Für Die Gesamte Staatswissenschaft / Journal of Institutional and Theoretical Economics*, vol. 137, no. 4, 1981, pp. 675–680. *JSTOR*, Disponível em: <[www.jstor.org/stable/40750474](http://www.jstor.org/stable/40750474)>. Acesso em 28 de março de 2019.

WILLIAMSON, Oliver E. **As Instituições Econômicas do Capitalismo**. 1º ed. São Paulo: Pezco, 2012.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agronegócio 32, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 100, 101, 102, 103, 109  
Agrotóxicos 84, 89, 117  
Ambiente institucional 20, 30, 135, 143, 144, 145

### B

Bolsa de valores 179, 181, 182, 191, 192, 193

### C

Competitividade 40, 43, 44, 84, 85, 86, 101, 102, 181  
Constituição Federal 1, 12, 13, 14, 15  
Crime 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178  
Cultura organizacional 135, 138, 147, 148, 149, 151  
Custo de Mensuração 17, 19  
Custo de Transação 17, 19, 21, 30

### D

Desenvolvimento Econômico 4, 7, 8, 49, 53, 65, 109, 135, 138, 142, 149, 150, 208

### E

Economia Criativa 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 147, 149, 150, 151  
Economy of Crime 153  
Emissão de Co2 69  
Enfermidades 121, 130, 132, 133  
Estrutura de Capital 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 193, 194, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204  
Estrutura de Governança 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 38

### G

Generated Moment Method 153  
Gestão participativa 104, 106, 111, 112, 113, 115, 116

### I

Idosos 121, 122, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134  
Infraestrutura 10, 49, 50, 51, 57, 59, 60, 62, 64, 66, 140  
Inovação 34, 35, 36, 39, 42, 43, 44, 46, 48, 101, 114, 118, 135, 136, 138, 140, 141, 142,

144, 145, 146, 147, 149, 150, 151

Internacionalização de Empresas 135, 136, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 148, 149

Investimentos 6, 8, 30, 35, 45, 55, 59, 66, 84, 85, 90, 92, 93, 100, 101, 141, 145, 180, 182, 183, 184, 187, 188, 190, 192, 193, 198

## L

Logit 121, 128, 130, 132, 133

## M

Minas Gerais 34, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 134

## N

Nacional-desenvolvimentismo 1

## O

Oceanos 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 80

## P

Pesca 69, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 106

## R

Recurso hídrico 104, 105, 106, 110, 112, 117

Rizicultura 104, 112, 113

## S

Structural Equations 153, 158, 159, 160, 162, 163, 174, 175

## T

Teoria dependente-associada 1

Transporte 56, 57, 58, 60, 62, 63, 65, 70, 107, 179, 181, 182, 194, 196, 198, 200, 202, 204

## V

Vale do Rio Doce 49, 50, 57, 58, 59, 61, 66, 67

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**